

Ficha Técnica

Edição

Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa-Portugal
Telef. 21 780 47 00 - Fax 21 794 02 74

www.ics.ulisboa.pt

Título

Portugal Social em Mudança
Portugal no contexto europeu
em anos de crise

Coordenação

João Ferrão e Ana Delicado

Revisão

Vasco Grácio

Conceção Gráfica

João Pedro Silva

Impressão e apoio de paginação

Guideline, Lda

Fotografia

Susana Paiva

Depósito Legal

402090/15

ISBN

978-972-671-362-3

Tiragem

250 exemplares

1ª Edição, Dezembro 2015

PORTUGAL SOCIAL EM MUDANÇA

Este é o primeiro número do *Portugal Social em Mudança*, uma publicação regular do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que tem por objetivo disponibilizar informação sobre questões sociais numa ótica comparada e longitudinal. Os vários temas selecionados procurarão situar Portugal em contextos mais amplos, do ponto de vista tanto geográfico como temporal, a partir de indicadores quer objetivos (estatísticos) quer subjetivos (percepções, opiniões) relativos a diferentes facetas da realidade social.

O *Portugal Social em Mudança* destina-se a um público não especialista. A disponibilização de dados organizados, ilustrados através de mapas e gráficos, analiticamente enquadrados e criticamente comentados é útil não só para decisores e técnicos de diversas áreas profissionais, mas também para cidadãos portugueses que desejam estar informados ou para estrangeiros que procuram entender o nosso país mas que se confrontam com a existência de informação dispersa e nem sempre de fácil acesso.

Esta publicação do ICS-ULisboa concretiza uma das suas missões: a de disseminação de conhecimento junto de públicos alargados, reforçando a ligação entre a universidade e a sociedade e, por essa via, o impacte social das investigações realizadas. O Instituto acolhe, aliás, diversos Observatórios cuja finalidade é garantir, de forma continuada, que os resultados dos trabalhos desenvolvidos possam ser utilizados para fins não académicos: Barómetro da Qualidade da Democracia, OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade, OFAP – Observatório das Famílias e das Políticas de Família e OPJ – Observatório Permanente da Juventude. Eles constituem, portanto, a fonte principal, embora não exclusiva, dos conteúdos dos vários números do *Portugal Social em Mudança*.

O AMBIENTE EM PORTUGAL E NA EUROPA

José Gomes Ferreira, João Guerra, Luísa Schmidt

Nesta secção analisamos a evolução do investimento público em ambiente e quais as principais preocupações dos cidadãos relativamente a este tema, com enfoque no saneamento básico (águas e resíduos urbanos) por ter sido o sector de melhor desempenho.

As políticas ambientais assumiram uma importância crescente ao longo das últimas décadas, sobretudo desde a adesão de Portugal à União Europeia em 1986. Contudo, a este “impulso externo” raramente correspondeu uma dinâmica interna capaz de acolher e implementar com sucesso e continuidade muitas destas medidas e políticas ambientais. Acresce que os ciclos políticos que se foram sucedendo tiveram, no caso português, uma influência determinante na maior ou menor relevância atribuída às questões ambientais, que se repercutiu na descontinuidade das políticas definidas, no investimento que lhes foi atribuído e, consequentemente, na concretização das ações previstas.

Talvez por isso, os portugueses se distingam dos restantes cidadãos da UE pela maior ênfase atribuída aos problemas ambientais básicos, considerados de «primeira geração», ligados nomeadamente ao saneamento, em detrimento dos problemas designados de «segunda geração», como são os casos das alterações climáticas, dos recursos naturais e dos hábitos de consumo. Também no âmbito das práticas ambientais, estudos recentes demonstram que os portugueses são menos ativos do que a média dos cidadãos da UE, apenas se aproximando destes nos hábitos de separação de resíduos (Valente e Ferreira, 2014). Tal revela que ainda subsistirá em Portugal uma leitura algo elementar das crises globais, tardando a impor-se uma visão mais integrada dos problemas ambientais no sentido de uma maior sustentabilidade.

A crise económica e a mudança de ciclo político na viragem da década (2011) vieram desviar atenções e investimentos das questões ambientais, fragilizando as suas estruturas de gestão e desinvestindo até em questões-chave como a monitorização, a fiscalização e a informação ambientais. Como resultado, a já de si precária confiança dos cidadãos face ao Estado em matéria ambiental foi afetada, retomando-se uma apreensão até sobre temas que se julgavam resolvidos ou em vias de resolução como, por exemplo, a contaminação dos rios nacionais.

Investimento público em ambiente

Uma das dimensões que ajuda a compreender a relevância política assumida pelo ambiente ao longo dos últimos anos é o investimento público global que o Estado lhe tem conferido em termos absolutos e relativos à média europeia. Vejamos, pois, a evolução da despesa pública global, tanto em função do seu peso percentual face ao PIB, como em função do seu valor *per capita*. Analisa-se em seguida a distribuição da despesa global em ambiente por domínios-alvo de proteção ambiental.

Comparando a despesa pública *per capita* na proteção do ambiente nos 28 Estados-membros da União Europeia em 2013¹, verifica-se que a Holanda e o Luxemburgo se destacam com valores substancialmente mais elevados:

respetivamente, 517,9€ e 483,4€ de despesa ambiental *per capita*. Um segundo grupo de países com valores acima da média da UE28 inclui Dinamarca, Reino Unido, Itália, Malta, Finlândia, Bélgica e França. Já abaixo da média seguem-se Áustria, Suécia, Eslovénia, Alemanha, Chipre e Letónia, e também Portugal que ocupa o 16.º lugar com apenas 69€ *per capita*, ficando acima de nove países do Leste e de Espanha (Figura 2.1).

Os dados nacionais sobre a despesa ponderada com base no PIB *per capita* mostram uma flutuação entre 0,7% em 2000 e 0,6% em 2013, passando por alguns períodos em que essa percentagem não ultrapassou 0,5% (Figura 2.2). Por seu turno, ainda segundo a Figura 2.2, o total das despesas públicas em ambiente também regrediu. Os cortes iniciaram-se logo no arranque da década de 2000, seguindo-se a subidas pontuais que globalmente nunca recuperaram os valores alcançados no ano 2000, proporcionados pela dinâmica particularmente favorável alcançada na segunda metade da década de 1990. Entre 2000 e 2013 o valor mínimo foi atingido em 2012, com apenas 1% do total das despesas públicas no ambiente.

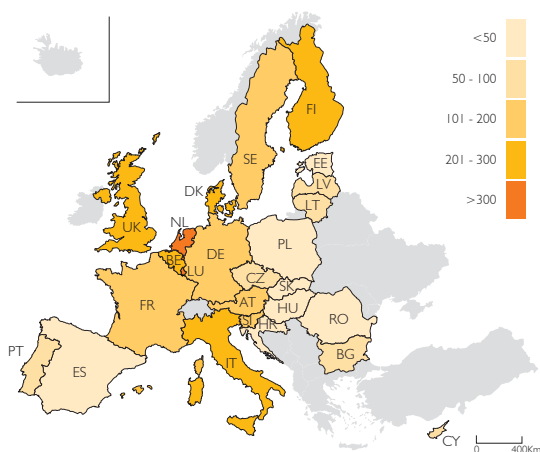


Figura 2.1 Despesa pública *per capita* em proteção ambiental na União Europeia, 2013 (euros)

Fonte: Eurostat, 2015

¹ Os dados são maioritariamente de 2013. Porém, alguns países não apresentam valores para esse ano, optando-se por usar os existentes: Alemanha: 2010; Estónia, Itália e Holanda: 2011; Bélgica, Espanha, França, Letónia, Hungria, Malta, Áustria, Eslovénia, Finlândia e Reino Unido: 2012.



Em Portugal, entre 2000 e 2013, o valor mínimo foi atingido em 2012, com apenas 1% do total das despesas públicas no ambiente.

Temos assim que, em termos gerais, as despesas públicas em ambiente decresceram em ambas as dimensões (percentagem do total de despesas e do PIB), com algumas oscilações positivas entre 2006 e 2009, e mais recentemente em 2013. Constata-se uma tendência para o desinvestimento público no ambiente, sobretudo quando comparado com os dados da segunda metade de 1990. Estes factos prendem-se com três tipos de fatores: i) opções resultantes das mudanças de ciclo político, leia-se mudanças governamentais – casos de 2001 e 2011 no sentido negativo, e de 2005-06 no sentido positivo; ii) alterações na configuração ministerial – caso da subida da percentagem no total das despesas em 2013 quando o Ministério do Ambiente se desligou do «megaministério» da Agricultura e que corresponde à altura em que se regista uma redução tanto na percentagem do PIB como no total da despesa; iii) efeitos da crise e medidas de austeridade que lhe estão associadas que implicaram cortes na despesa e no investimento na qualidade ambiental.

MUDANÇAS
DE CICLO
POLÍTICO

ALTERAÇÕES NA
CONFIGURAÇÃO
MINISTERIAL

EFEITOS
DA CRISE E
AUSTERIDADE

Quanto às despesas em ambiente em função do PIB (Figura 2.3), evidenciam-se algumas mudanças na posição relativa dos países europeus. A Holanda garante de novo o primeiro lugar (1,44%), seguindo-se Malta (1,38%) e, já a alguma distância, Bulgária, Reino Unido e Itália. No extremo oposto encontramos Espanha, Eslováquia, Estónia, Croácia, Alemanha e Suécia. Portugal situa-se um pouco acima destes países (0,44%), apesar de tudo muito abaixo da média comunitária que se situa em 0,67%.

O esforço público na gestão ambiental dependerá assim da capacidade económica dos países, mas também de outros fatores.

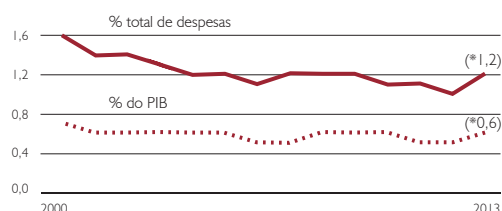


Figura 2.2 Despesa pública em ambiente, segundo a percentagem do PIB e do total de despesas, 2000-2013 (%)

Fonte: Pordata, 2014 e 2015 (* valor preliminar/provisório)

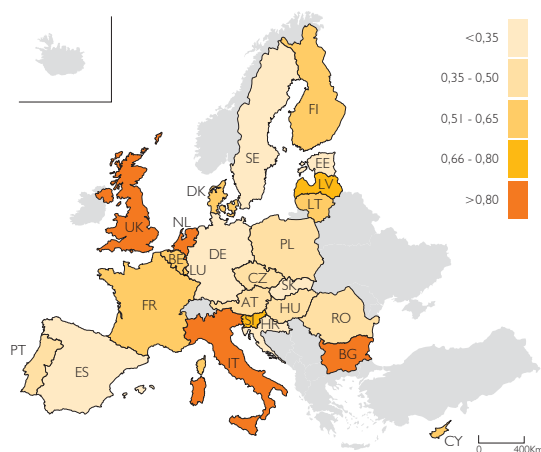


Figura 2.3 Despesa com proteção ambiental em face do PIB, na UE28, 2013 (%)

Fonte: Eurostat, 2015

Nalguns casos, a riqueza assim como as opções políticas determinadas explicam um maior investimento (e.g., Holanda). Noutros casos, como acontece em alguns países da Europa de Leste, a recente atribuição de fundos europeus para a modernização ambiental pode ajudar a explicar a maior percentagem de PIB investido no ambiente. Noutros casos ainda, como acontecerá em países mais ricos, o facto de já terem sido atingidas metas essenciais justifica a menor necessidade de investimento ambiental (e.g., Alemanha). O caso português, que não se enquadra em nenhuma destas tendências, evidencia um baixo peso da despesa pública na proteção ambiental comparativamente à média europeia.

No que respeita à distribuição da despesa corrente em proteção ambiental por diferentes domínios, na média comunitária, o crescimento tem sido quase ininterrupto, embora explicável, em grande parte, pelo efeito da adesão de mais 10 países à UE a partir de 2004. Por domínios, destacam-se os resíduos, cuja fatia no total das despesas do ambiente tem vindo a aumentar, desde 2005. Também em 2005, na rubrica «outros domínios» (que inclui a proteção de solos, o ruído, a biodiversidade e a paisagem) se verificou um aumento das despesas em 3124,71 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Com valores menos expressivos, na proteção do ar e do clima registou um acréscimo nas despesas de 533,62 milhões de euros.

Em Portugal, foi o setor dos resíduos que absorveu os principais montantes, registando mais de 52% do total de investimento em 2009, ano em que o volume total destas despesas foi o mais elevado desde 2001 (Figura 2.4). Com um peso igualmente considerável seguem-se as despesas no tratamento de águas residuais. Só depois surgem outras matérias, tais como a proteção de solos e de águas subterâneas, o ruído, a biodiversidade e a paisagem. Já no que respeita aos problemas relacionados com o ar e com as alterações climáticas, as despesas públicas têm uma expressão limitada e só ganham alguma relevância a partir de 2010, mas mesmo assim residual. Comparando com os dados da UE, vemos que em Portugal se quebra o crescimento continuado das despesas correntes em ambiente em 2009 (1000,64 milhões de euros), assistindo-se, a partir daí, a um decréscimo que perdura, não ultrapassando, em 2013, os 723,6 milhões de euros.



Na comparação entre Portugal e a UE revela-se uma quebra assinalável de investimento português que contrasta com a situação geral na UE.

No seu conjunto, os dados evidenciam uma prevalência dos problemas ambientais básicos (sobretudo resíduos e esgotos), tanto em Portugal como na média da União Europeia. Já no que respeita aos problemas de «segunda geração» (i.e., clima e biodiversidade), as despesas ganharam relevância no cômputo da União Europeia, mas têm uma expressão diminuta em Portugal.

Em suma, na comparação entre Portugal e a UE revela-se uma quebra assinalável de investimento português que contrasta com a situação geral na UE, o que confirma que o país está aquém do desejável no que respeita ao investimento em políticas públicas de ambiente, designadamente para enfrentar os problemas de «segunda geração». Vejamos se tal desaceleração tem correspondência com os anseios e as preocupações dos portugueses e dos restantes europeus utilizando, para isso, os resultados de inquéritos representativos das opiniões públicas nacional e internacional.

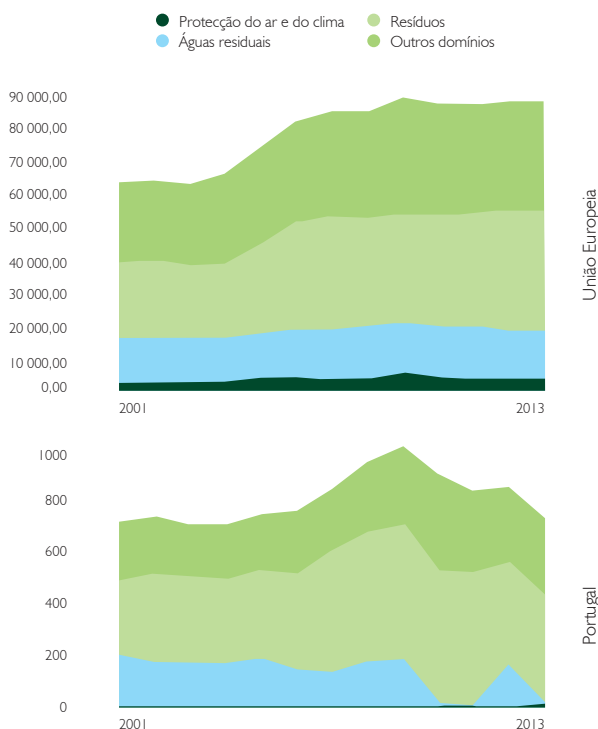


Figura 2.4 Despesa na proteção ambiental por domínio, em Portugal e na UE, 2001-2013 (milhões de euros)

Fonte: Eurostat, 2015

Preocupação pública com o ambiente

Através de diversos inquéritos recentes aplicados às escalas europeia e internacional, verifica-se que, em geral, a preocupação dos portugueses com o ambiente atinge valores bastante elevados. Por exemplo, no último inquérito sobre ambiente do International Social Survey Programme (ISSP – Ambiente III), aplicado em Portugal em 2012, 81,6% dos inquiridos declararam estar «preocupados» e/ou «muito preocupados» com o estado do ambiente, situação que confirma as tendências já verificadas em Eurobarómetros anteriores (Valente e Ferreira, 2014).

Em termos comparativos, como podemos verificar na Figura 2.5, numa escala entre 1 e 5 (1. Nada preocupado e 5. Muito preocupado) os portugueses são dos inquiridos que mais se mostram preocupados com o ambiente, preocupação apenas superada pela dos eslovenos. Esta tendência, aliás, é acompanhada de uma forma global ainda que com um grau menos intenso, pelos inquiridos do Sul da Europa que demonstram níveis de preocupação superiores em relação aos seus congéneres do Norte (e.g., dinamarqueses, suecos e britânicos).

Relativamente à avaliação do desempenho nacional nas questões ambientais, com base nos valores médios das respostas em que (1) corresponde à ideia de que o respetivo país «tem feito muito pouco» e (2) corresponde a uma avaliação claramente positiva – o país tem feito mais do que o suficiente –, os dados mostram que os inquiridos do Sul (em particular os portugueses) avaliam mais negativamente os respetivos desempenhos nacionais. Destacando-se aqui, com avaliações mais positivas, os holandeses, os alemães e os suecos (Figura 2.6). Por seu turno, analisando especificamente a avaliação que os portugueses fazem do desempenho geral do país quanto à gestão do ambiente, entre 2000 e 2012, os resultados evidenciam um acentuado e crescente sentido crítico.

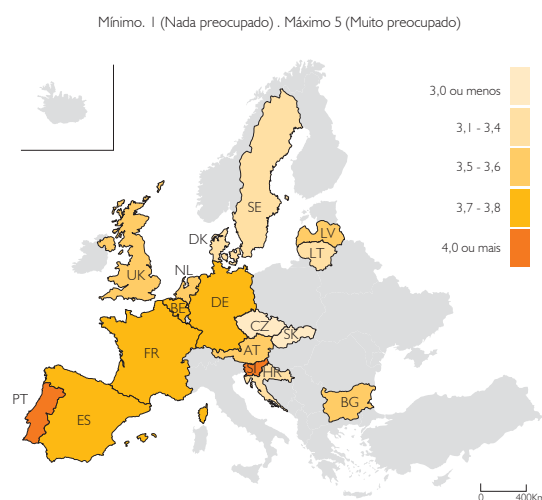


Figura 2.5 Grau de preocupação relativamente ao ambiente, 2010 Fonte: ISSP, 2010-2012

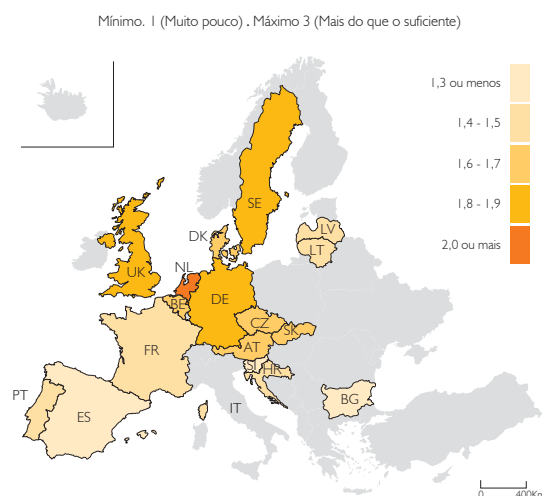


Figura 2.6 Perceção do desempenho ambiental do país, 2010 Fonte: ISSP, 2010-2012

Figura 2.7 Em geral, relativamente ao ambiente, pensa que Portugal está a fazer..., 2000 e 2012

Fonte: ISSP, 2000 e 2012

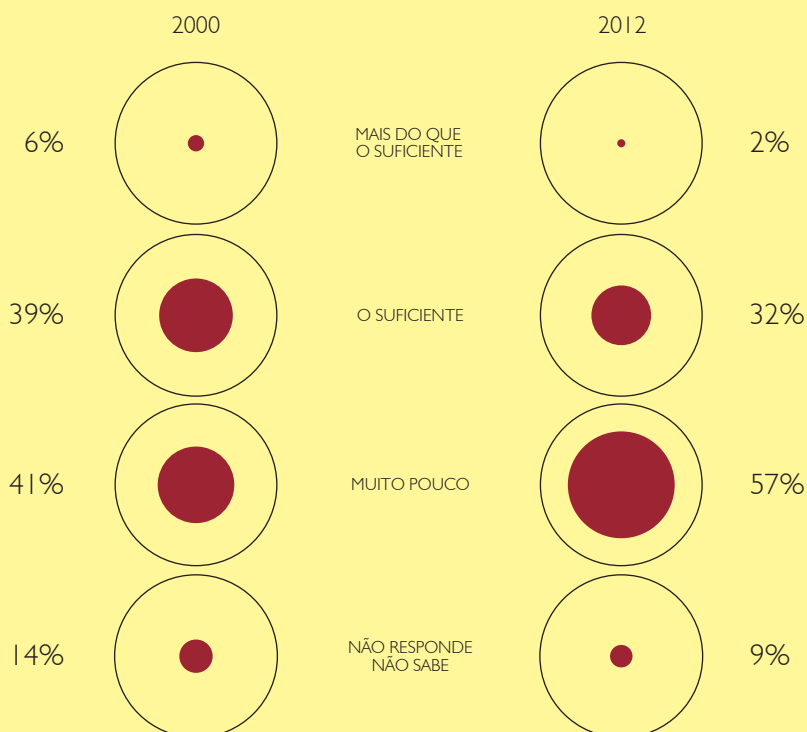
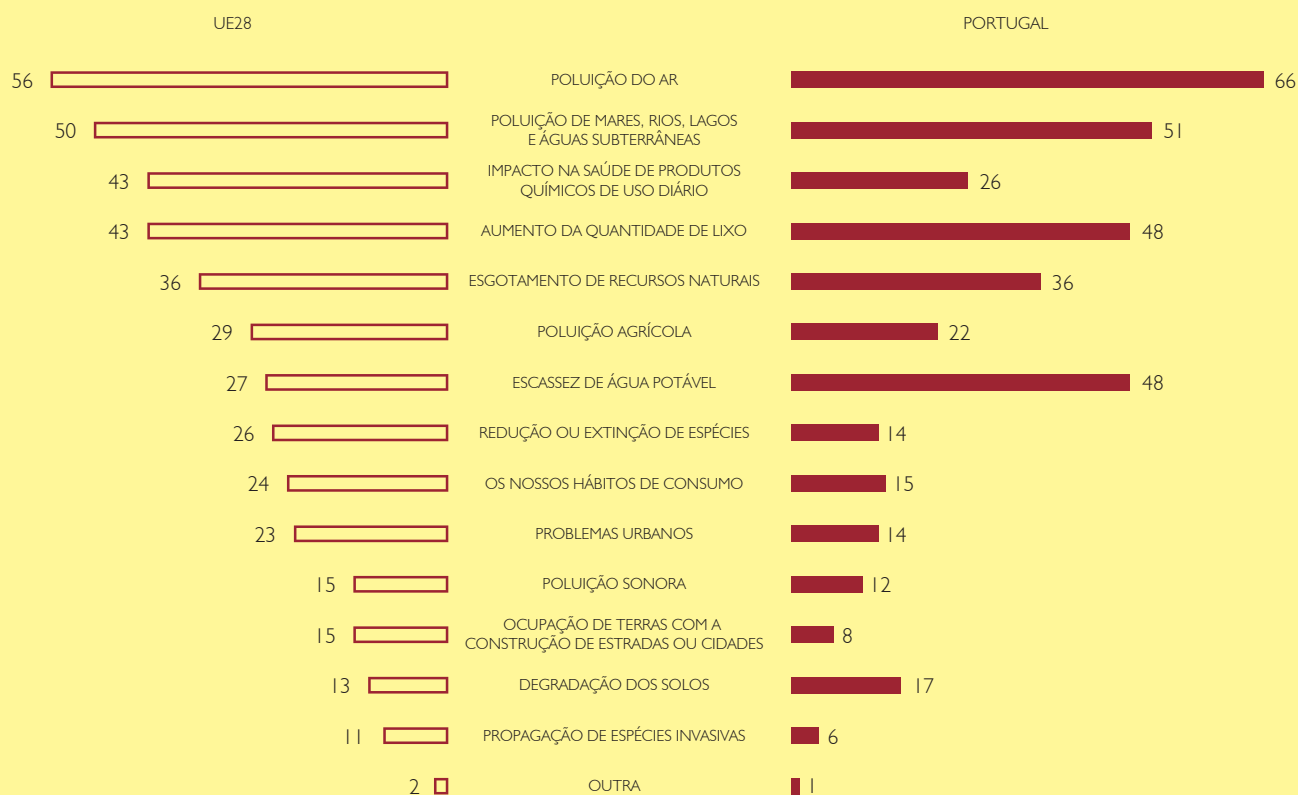


Figura 2.8 Problemas ambientais que mais preocupam os europeus e os portugueses, 2014 (%)

Fonte: Eurobarómetro 416, 2014





Quanto à gestão do ambiente, entre 2000 e 2012, os resultados evidenciam um acentuado e crescente sentido crítico.

Com efeito, de acordo com os dados do ISSP aplicados em momentos diferentes (Figura 2.7), o valor da categoria que considera que «o país está a fazer muito pouco pelo ambiente» sobe de 41% para 58%. A este crescimento do sentido crítico corresponde um decréscimo, também assinalável, da categoria que melhor avalia o desempenho nacional (i.e., «o país está a fazer mais do que o suficiente») e, o que também não é de somenos, uma subida da capacidade crítica dos cidadãos portugueses, cuja taxa de não resposta é inferior em 5%, em 2012. Os portugueses parecem progressivamente mais conscientes e mais exigentes em termos ambientais, assim como relativamente ao desempenho do país e dos seus responsáveis nesta matéria. Posição que é, aliás, consonante com a desconfiança também crescente nas atuais capacidade e eficácia da ação do Estado no que respeita à política e à qualidade ambientais (Guerra, Schmidt e Valente, 2015).

Relativamente aos cinco problemas ambientais que, do seu ponto de vista, mais os afetam, os portugueses elegem, antes de mais, a poluição do ar (66%), que fazem acompanhar pela deficiente qualidade/poluição (51%) e disponibilidade da água (48%). A par destas preocupações surge o aumento da quantidade de lixo (48%) e, já a alguma distância, o esgotamento dos recursos naturais (36%). Dir-se-ia, portanto, que os problemas de «primeira geração» são ainda dominantes nas preocupações dos portugueses, enquanto os seus congéneres europeus (pelo menos se globalmente auscultados) parecem assumir posições mais abrangentes. De acordo com os dados expostos na Figura 2.8, não deixando de valorizar o mesmo tipo de questões, os europeus inquiridos no Eurobarómetro atribuem maior importância ao impacto na saúde dos químicos usados no consumo diário (43% contra 26% entre os inquiridos portugueses); à redução/extinção de espécies (26% contra 14%); aos hábitos de consumo (24% contra 15%), ou, ainda, aos problemas urbanos (23% contra 14%).

Em síntese, sendo ainda prematuro tirar conclusões quanto aos impactos da recente desaceleração do investimento no ambiente nas preocupações dos portugueses, o que para já podemos deduzir destes resultados é que o adiamento de soluções setoriais e a desfragmentação de alguns serviços públicos terão aumentado a desconfiança e o sentido crítico relativamente ao desempenho ambiental do país, com repercussões no aumento da preocupação com o ambiente e com a generalidade dos problemas ambientais, entre os quais se destacam, ainda, problemas de «primeira geração» que, do ponto de vista dos inquiridos, não estarão ainda resolvidos.

III

Sucessos e insucessos da política ambiental: água e resíduos

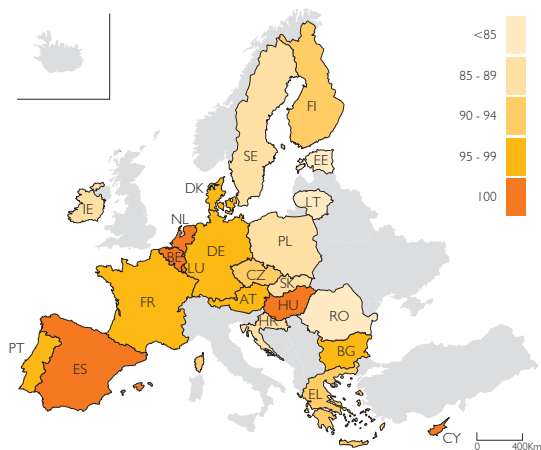
Como vimos, a inquietação com os problemas ambientais manifestada é atualmente muito elevada e agudiza-se entre os portugueses. Importa, pois, avaliar o modo como esta preocupação se repercute nas práticas quotidianas. Com esse objetivo analisamos duas áreas fundamentais que, como constatámos acima, corresponderam a um maior investimento público ao longo das últimas décadas: i) o abastecimento de água, a drenagem e o tratamento de águas residuais e ii) a produção/reciclagem de resíduos.

Quando considerados à escala da UE (Figura 2.9), os dados mostram que o abastecimento público de água atingiu valores confortáveis na generalidade dos países (com 100% na Holanda, em Espanha, em Chipre, na Hungria e em Malta), surgindo os países bálticos e, sobretudo, a Roménia como a grande exceção (61,9%). Pelo contrário, a cobertura por sistemas de drenagem de águas residuais está longe de estar resolvida em muitos países europeus (Figura 2.10), designadamente da Europa de Leste, com pior desempenho em Chipre (29,8%), na Roménia (46,8%) e na Croácia (52,9%). Já em Portugal, o abastecimento de água às populações e o tratamento de RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) são geralmente apontados como casos de sucesso das políticas de ambiente financiadas pelos fundos europeus. O mesmo acontece com a taxa de cobertura de esgotos e com o tratamento de águas residuais, verificando-se um aumento considerável na década de 2000, na sequência do que já ocorria na década anterior com a aplicação dos fundos do II Quadro Comunitário de Apoio (1992-1999).

A Figura 2.11 é esclarecedora quanto a esta evolução: em 2000, o abastecimento público de água para consumo já cobria 90% da população, progredindo lentamente a partir daí, até alcançar uma taxa de cobertura que, atualmente, ultrapassa os 95% de população servida. A evolução da cobertura da drenagem e do tratamento de águas residuais tem sido mais lenta e encontra-se ainda longe da meta de 90% estabelecida na década de 1990. Mesmo assim, o aumento foi sensível: a drenagem passou de 69% em 2000 para uma cobertura de 81% em 2012, e o tratamento de águas residuais de 50% para 79% em 2012, melhorias estruturais que se traduziram numa redução das cargas poluentes descarregadas nas massas de água pelo setor urbano (APA, 2015). Adicionalmente, segundo a ERSAR (2015), em Portugal, a água hoje captada e distribuída, atinge um nível de qualidade superior a 98,2%. Refira-se no entanto que, apesar deste cenário francamente positivo, no que respeita à drenagem e ao tratamento de águas residuais, algumas intervenções tiveram uma implementação insuficiente com consequências na qualidade da água dos rios nacionais, o que levou o recente Plano Nacional da Água (APA, 2015) a concluir que cerca de 48% dos rios nacionais continuam poluídos.

Os dados expostos na Figura 2.12 mostram que, se entre 2008 e 2010 a produção de RSU *per capita* em Portugal igualou ou superou a média comunitária, a partir de 2011 (quando os efeitos da crise adquiriram maior visibilidade em Portugal) se iniciou uma tendência de decréscimo que acompanhou a redução do poder de compra dos portugueses. Assim, em 2012 com menos 36 kg *per capita* e em 2013 com menos 41 kg *per capita*, a produção de RSU em Portugal voltou a situar-se claramente abaixo da média dos países da UE27.

Figura 2.9 População servida por abastecimento público de água na UE, 2013 (%) Fonte: Eurostat, 2015



Quanto à taxa de reciclagem de resíduos urbanos, o desempenho nacional fica ainda muito aquém da média comunitária.

Comparando os valores relativos a 2013 verificamos que as diferenças entre os vários países europeus são bastante expressivas, variando entre os 272 kg da Roménia e os 747 kg *per capita* da Dinamarca. No caso português, os 453 kg *per capita* situam-se abaixo da média europeia (481 kg). Assinale-se que o decréscimo registado parece decorrer da austeridade imposta pela crise, com a consequente redução do poder de compra. Este é, aliás, um fator determinante também noutras paragens. Com efeito, são os países da Europa de Leste – que chegaram mais tarde à sociedade de consumo – que continuam a produzir menos RSU *per capita* (Figura 2.13).

Quanto à taxa de reciclagem de RSU (incluindo a compostagem dos resíduos orgânicos), o desempenho nacional fica ainda muito aquém da média comunitária e, ainda mais, resultados de países como a Alemanha, a Áustria ou a Bélgica (v. Eurostat 2015).

Contudo, em termos evolutivos, como se verifica na Figura 2.14, apesar de algumas flutuações e do fosso entre os valores portugueses e a média europeia não ter regredido, a dinâmica tem sido positiva. Com efeito, passámos de 10,5% de taxa de reciclagem em 2000 para 25,8% em 2013. Valores que, tendo em conta o desnível que ainda separa os valores nacionais dos valores médios europeus, continuam a pecar por insuficiência.

Figura 2.10 População servida por drenagem de águas residuais na UE, 2013 (%) Fonte: Eurostat, 2015

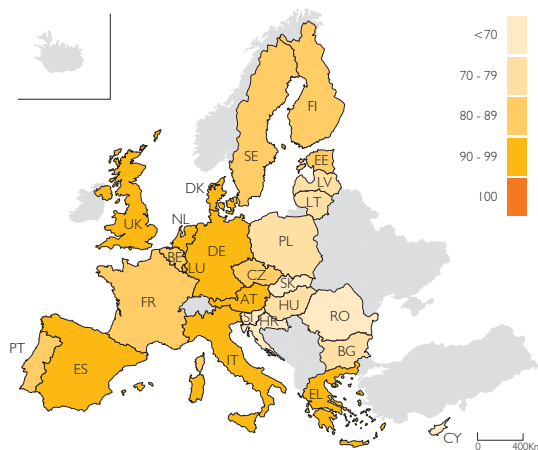


Figura 2.11 Abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais urbanas em Portugal
(% da população servida), 2003-2012 (%) Fonte: Pordata, 2015; ERSAR, 2013

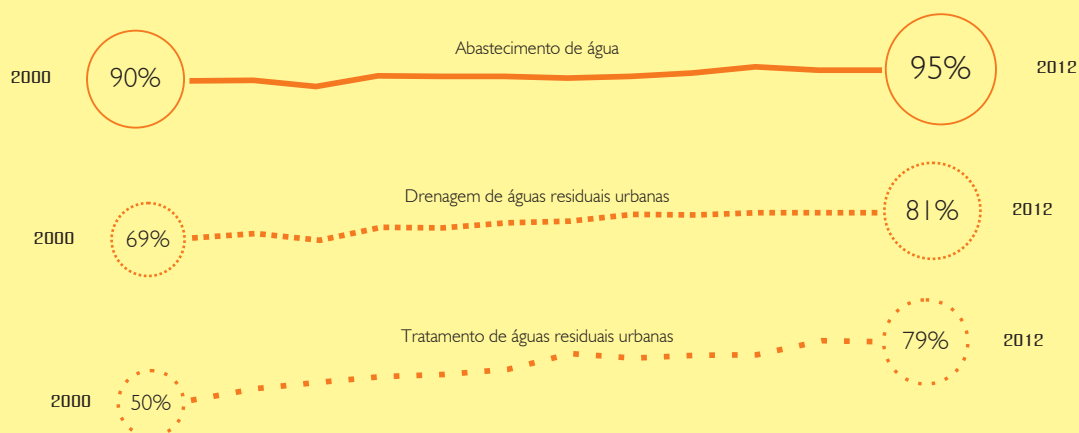


Figura 2.12 Produção de resíduos urbanos *per capita* em Portugal e na UE27, 2003-2012 (kg) Fonte: Eurostat, 2015

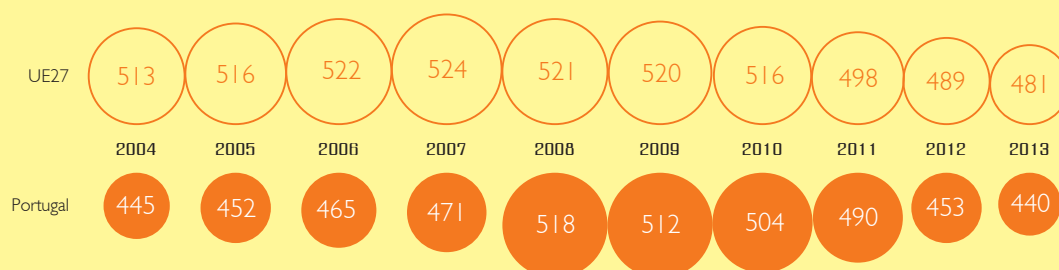


Figura 2.13 Produção de resíduos urbanos Kg *per capita* em Portugal e na UE, 2013 Fonte: Eurostat, 2015

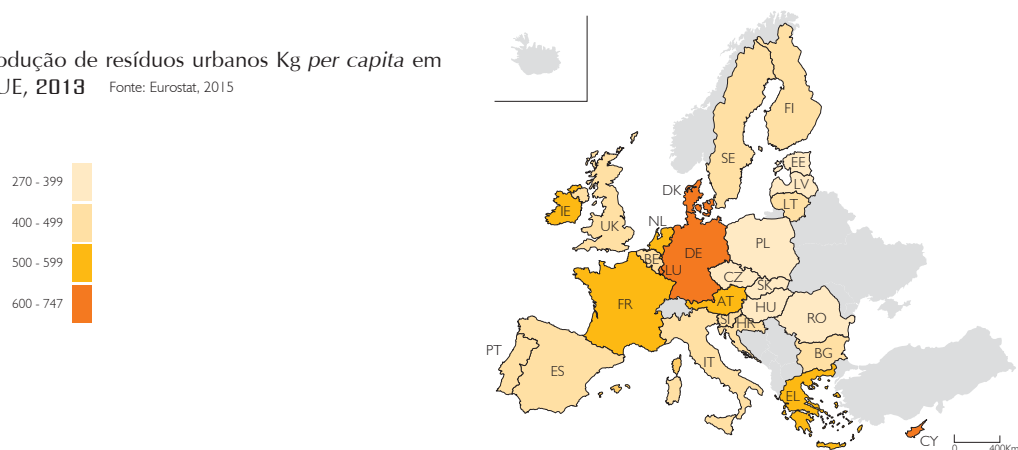


Figura 2.14 Taxa de reciclagem em Portugal e na UE27, 2000-2013 (%) Fonte: Eurostat, 2015

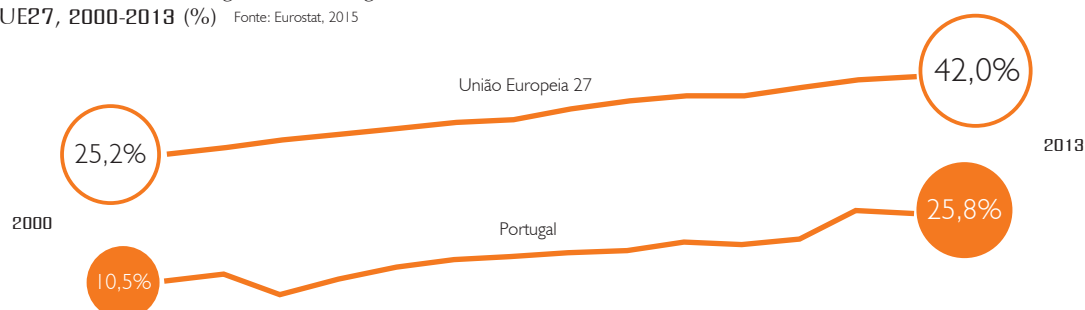
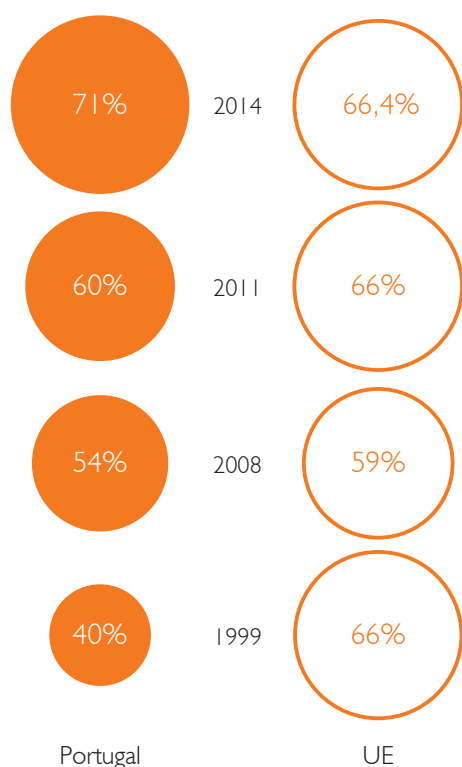


Figura 2.15 Prática de separação doméstica de resíduos urbanos, 1999-2013 (% da população)

Fonte: EB51.1 (1999), EB68.2 (2008), EB 75.2 (2011), EB81.3 (2014)



A evolução positiva da reciclagem de RU, analisada anteriormente, relaciona-se e até decorre da adesão dos portugueses às práticas de deposição seletiva, área em que o sucesso dos programas escolares – em boa parte patrocinados pelos municípios (Schmidt, Nave & Guerra, 2010) – é incontestável, pelo menos a julgar pelos dados presentes na Figura 2.15. Se, em 1999, vinte e dois pontos percentuais separavam a percentagem de portugueses que declarava práticas de reciclagem da média europeia, em 2014 a diferença inverteu-se e o valor português é agora 4,6% superior à média europeia. Claro que o alargamento que entretanto aconteceu, com a entrada de mais 13 países com desempenhos e pontos de partida muito distintos, terá uma relevância que não se poderá desprezar nesta matéria, mas é inegável a evolução registada que, aliás, é confirmada pelos dados: a percentagem de portugueses que declara separar os resíduos subiu de 40% em 1999 para 71% em 2014.

IV

Conclusão

Ao longo dos últimos 15 anos viveram-se períodos irregulares no que respeita aos investimentos no ambiente. Os ciclos políticos e os ciclos comunitários de fundos estruturais são os determinantes fundamentais para explicar estas oscilações nos programas e nas políticas ambientais. Podemos, contudo, constatar que as tendências mais recentes apontam para um desinvestimento a partir de 2011. A diminuição dos montantes reservados para as despesas de ambiente refletirá, talvez, mais os efeitos de opções políticas do que aqueles decorrentes da própria crise económica e financeira.

Tudo somado, e comparativamente com as médias europeias nestas questões do ambiente, estamos certamente aquém do desejável, seja no que se refere à despesa pública aplicada em proteção ambiental, seja no que se refere a práticas sociais instaladas, cujo incentivo público para a mudança recua, tarda, ou acontece de forma ziguezagueante.

Apesar disso, esta situação decorre à revelia do que parece corresponder aos anseios manifestados pela população portuguesa em diversos inquéritos, ao longo das últimas décadas. Quando analisamos os resultados, verificamos crescentes preocupação, interesse e vontade de obter mais e melhor informação sobre os problemas ambientais. O ambiente é uma preocupação que não abranda entre os portugueses, mesmo se as consequências da crise os pressionam em sentido contrário. Assim, para os portugueses, entre os problemas mais prementes nos últimos inquéritos, destacam-se a poluição do ar e a poluição da água. Apesar disso e fazendo jus ao que se disse anteriormente, a falta de correspondência entre investimentos públicos e preocupações sociais é flagrante e as despesas com o ar e o clima mantêm níveis residuais, apesar da visibilidade que atingiram nos *media* e da pressão advinda das organizações de governança internacional e da própria União Europeia.



O ambiente é uma preocupação que não abranda entre os portugueses, mesmo se as consequências da crise os pressionam em sentido contrário.

Já em relação à água tem havido um maior nivelamento entre investimentos públicos e preocupações manifestadas, seja quanto ao abastecimento, seja quanto à qualidade da água de consumo, seja ainda quanto ao tratamento das águas residuais, o investimento *per capita* cresceu paulatinamente, assim como cresceu a taxa de cobertura da população servida.

Finalmente, a produção e a separação dos resíduos urbanos – refletindo, respetivamente, o consumo de bens/poder de compra e a consciência ambiental – têm sofrido uma evolução particularmente positiva que decorre de dois fenómenos aparentemente pouco imbricados. Por um lado, acompanham o reflexo da crise económico-financeira que implicou o repensar de consumos excessivos ou não excessivos, já que as dificuldades económicas nem sempre são boas conselheiras. Por outro lado, beneficiam de uma crescente consciencialização ecológica que, entre os portugueses, há muito faz o seu percurso. Quer isto dizer que confluentemente e, desta feita, produzindo um resultado positivo, a redução do poder de compra potenciou a diminuição da produção de resíduos *per capita*, enquanto o desenvolvimento social das últimas décadas, bem como o investimento público anterior (por exemplo, na educação ambiental) possibilitou um maior empenho cívico e, consequentemente, um aumento da separação seletiva, assim como uma maior capacidade (e vontade) para intervir na coisa pública e para exigir mais e melhores políticas públicas ambientais.

referências bibliográficas

- APA (2015). *Plano Nacional da Água*. Lisboa: Agência Portuguesa do Ambiente. Acedido a 22 de setembro de 2015 em www.apambiente.pt
- ERSAR. 2015. *Qualidade da água para consumo humano 2013*. Lisboa: Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.
- Ferreira, J. G., Schmidt, L., Jacobi, P. R. e Arteiro da Paz, M. G. 2014. «Água: percepções, valores e preocupações em perspectiva comparada». *Recursos Hídricos* 35 (2), 99-106.
- Guerra, J., Schmidt, L. e Valente, S. 2015. «Dilemmas of sustainability in turbulent times». In *Green European. Environmental Behaviour and Attitudes in Europe in a Historical and Cross-Cultural Comparative Perspective*, ed. Audrone Telesiene e Matthias Gross. London: Routledge.
- Schmidt, L. e Delicado, A. 2014. *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. A Opinião dos Portugueses*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Valente, S. e Ferreira, J. G. 2014. «Ambiente: das preocupações às práticas». In *Ambiente, Alterações Climáticas, Alimentação e Energia. A Opinião dos Portugueses*, org. Luísa Schmidt.